

ASSEMBLEIA CÂMARA

RESOLUÇÃO N.º 016/2026

MODIFICA A RESOLUÇÃO Nº 01/2024, QUE DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA, PARA DISPOR SOBRE A ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DAS EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS IMPOSITIVAS.

(Projeto de Resolução nº 10/2026, de autoria da Mesa Diretora).

VEREADOR MARCO MAYOR, Presidente da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Ficam acrescentados os artigos seguintes ao final da Seção II (Do Processo Legislativo Orçamentário) do Capítulo VII (Da Elaboração Legislativa Especial) do Título VII (Do Processo Legislativo) do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pindamonhangaba (Resolução nº 01/2024), com as seguintes redações:

“TÍTULO VII – DO PROCESSO LEGISLATIVO Capítulo VII – DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL Seção II – Do Processo Legislativo Orçamentário

“...
Art. 252-A Ao ser recebida o projeto da Lei Orçamentária Anual, o Presidente da Câmara tomará as seguintes providências, concomitantemente:
I – Anunciar o recebimento do projeto e determinará sua leitura, de forma resumida, no expediente da sessão plenária subsequente;
II – Determinará a disponibilização integral do projeto com seus anexos:
a) no sistema legislativo eletrônico da Câmara Municipal, para acesso dos vereadores e comissões; e
b) no Portal do Poder Legislativo na internet, para acesso público, sem prejuízo de sua divulgação nos demais canais de comunicação disponíveis;
III – Solicitará, para conclusão do processo legislativo, parecer técnico ao Departamento Jurídico e ao Departamento de Finanças da Câmara, sobre a regularidade formal do projeto e dos documentos que o acompanham, a ser apresentado no prazo de até 10 (dez) dias úteis;
IV – Após a apresentação dos pareceres citados no inciso III, encaminhará formalmente o projeto à Comissão de Finanças e Orçamento (CFO), para proceder à sua análise formal e de mérito, bem como sua instrução, recebimento e análise de emendas e emissão de pareceres.
Art. 252-B Caso os pareceres técnicos a que se refere o inciso III do artigo 252-A apontem alguma inconsistência técnica ou ausência de documentação exigida em lei, caberá ao Presidente da Câmara diligenciar junto ao Poder Executivo para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, complemente o projeto de lei, retifique-o ou apresente as devidas justificativas.
§ 1º A abertura da diligência referida no caput não posterga o encaminhamento do projeto à Comissão de Finanças e Orçamento.
§ 2º Caberá à Comissão de Finanças e Orçamento analisar as inconsistências eventualmente apontadas pelos pareceres técnicos e as informações prestadas pelo Executivo, e concluir sobre a regularização ou não das pendências e desconformidades informadas, podendo ela solicitar o apoio e/ou manifestação do Departamento de Finanças da Câmara e de outros especialistas.
Art. 252-C Ao receber o projeto de lei, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento:
I – Encaminhará ao Relator da Comissão;
II – Elaborará o Calendário de Tramitação, fixando o cronograma para os seguintes atos:
a) Designação da data para realização da audiência pública para discussão do projeto, nos termos do art. 48, § 1º, inciso I, da Lei complementar nº 101/2000;
b) Datas de início e fim do período de recebimento de sugestões populares;
c) Divulgação do valor global reservado para as emendas parlamentares impositivas, bem como do valor individual reservado para cada vereador;
d) Data final para apresentação de emendas ao projeto de lei na comissão (incluindo as emendas impositivas);
e) Data final para análise de viabilidade legal das emendas pela comissão;
f) Prazo ou data final para adequação ou reapresentação de emendas, caso as propostas inicialmente apresentadas não atendam aos requisitos exigidos;
g) Prazo final para apresentação do parecer final da Comissão de Finanças e Orçamento, com análise do conteúdo, das emendas e das sugestões populares.
III – Poderá requisitar, de ofício e de forma fundamentada, informações, estudos técnicos e documentos ao Poder Executivo, aos órgãos da Câmara ou a outros órgãos públicos, necessários à instrução da matéria;
IV – Poderá solicitar apoio técnico da Assessoria ou Departamento Jurídico, do Departamento de Finanças da Câmara e de outros especialistas, quando necessário à adequada análise dos projetos.
§ 1º Na elaboração do Calendário de Tramitação, é vedada a fixação de prazos que comprometam a adequada apreciação da matéria ou extrapolem a duração da sessão legislativa ordinária.
§ 2º As eventuais alterações no calendário deverão ser motivadas e amplamente divulgadas, inclusive por meio eletrônico.
§ 3º O Presidente da Comissão encaminhará o Calendário de Tramitação ao Presidente da Câmara, que o divulgará por meios eletrônicos e o encaminhará a todos os vereadores, sem prejuízo da posterior divulgação e expedição de convites para a audiência pública.
Art. 252-D Caberá ao Relator da Comissão de Finanças e Orçamento promover a análise inicial e apresentar o voto-base relativamente ao projeto da lei orçamentária, bem como em relação à regularidade das emendas que lhe forem apresentadas, contando com a participação dos demais membros da Comissão naquilo que lhes solicitar e com sua deliberação nos aspectos decisórios.
Parágrafo único. A Presidência da Câmara deverá disponibilizar à Comissão todo o apoio de recursos

humanos e assessoramento técnico necessários ao exercício das atividades de sua competência.
Art. 252-E A Comissão de Finanças e Orçamento, por seu Presidente, providenciará a organização e a metodologia da audiência pública para discussão pública de cada um dos projetos orçamentários, de que trata o artigo 252-C, inciso II, “a”.
§ 1º Deverá a Comissão, com o suporte do órgão legislativo competente, promover a ampla divulgação da audiência pública, através dos meios de comunicação disponíveis e mediante a emissão de convites direcionados às organizações da sociedade civil e à comunidade em geral, devendo seus membros atuarem no intuito de obter a máxima participação popular.
§ 2º A Presidência da Câmara Municipal assegurará todo o suporte logístico, administrativo e operacional para a organização, divulgação e realização da audiência pública de que trata este artigo.
§ 3º Caberá também ao órgão competente da Câmara, mediante coordenação da Comissão, expedir as convocações aos demais vereadores e às autoridades competentes do Poder Executivo para participarem da audiência pública.
§ 4º A audiência pública será transmitida ao vivo pelos canais de comunicação da Câmara, inclusive via internet.
§ 5º A comissão poderá solicitar ao Presidente da Câmara que a audiência pública seja realizada em reunião do plenário e conduzida pela Mesa Diretora.
§ 6º A critério da Comissão, poderá ser feita mais de uma audiência pública.
Art. 252-F A Comissão de Finanças e Orçamento deverá analisar todas as sugestões populares recebidas na audiência pública e pelos demais canais disponibilizados, selecionando aquelas que forem tecnicamente viáveis, que poderão ser aproveitadas para elaboração de emendas pela própria comissão, mediante seu juízo de conveniência e interesse público, e se houver fonte de recursos disponíveis, ou poderão ser aproveitadas por qualquer dos demais vereadores em suas emendas impositivas.
Art. 252-G As emendas em geral, apresentadas ao projeto de lei orçamentária, deverão observar o disposto no § 2º do art. 132 da Lei Orgânica Municipal.
Art. 252-H Vencido o prazo estabelecido no Calendário de Tramitação para a apresentação de emendas, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento determinará a numeração e publicação das emendas apresentadas, e as encaminhará ao Relator para parecer, na forma do art. 252-M.
Art. 252-I As emendas impositivas ao projeto da LOA devem ser elaboradas individualmente por cada vereador e devem ser protocoladas através do sistema legislativo, dentro do prazo indicado para este fim no Calendário de Tramitação a que se refere o art. 252-C.
§ 1º A forma de elaboração e apresentação das emendas impositivas observará aos padrões previamente definidos pela Comissão, que poderá adotar formulários próprios para este fim.
§ 2º Deverá o autor da emenda justificar a destinação e fornecer o máximo de informações a fim de orientar o Poder Executivo na sua execução.
§ 3º Em observância ao disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, pelo menos metade do valor reservado a cada Vereador para suas emendas impositivas deverá ser destinada a ações e serviços públicos de saúde.
§ 4º Cada emenda poderá conter mais de uma destinação de despesas, desde que:
I – o valor global utilizado pelo Vereador não ultrapasse à respectiva quota, previamente calculada e informada pela Comissão de Finanças e Orçamento;
II – cada destinação ou parte independente não seja inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), valor este que será atualizado anualmente, mediante Ato do Presidente, com base na inflação apurada pelo IPCA acumulado em 12 (doze) meses até o último mês de julho;
III – contenha somente um único beneficiário;
IV – especifique o referido destino, podendo ser ou de custeio ou de investimento.
Art. 252-J Cada proposta de emenda impositiva apresentada pelo parlamentar ao projeto de Lei Orçamentária Anual deverá conter os seguintes elementos:
I – o objeto da despesa (destinação do recurso);
II – a justificativa do objeto frente ao interesse público;
III – o valor da emenda;
IV – a unidade orçamentária responsável pela execução;
V – o Plano de Trabalho simplificado, descrevendo os seguintes elementos:
a) descrição da ação, programa, projeto ou atividade a ser contemplado;
b) indicação do destinatário final (pessoa jurídica de direito público ou privado, entidade da Administração Pública, organização da sociedade civil, consórcio público, comunidade, localidade ou grupo social diretamente alcançado);
c) estimativa de custos;
d) metas físicas e finalísticas;
e) cronograma físico-financeiro com prazos e etapas de desembolso, quando cabível;
f) estimativa dos resultados esperados.
§ 1º A descrição do objeto deverá ser clara, específica e suficiente para permitir sua análise técnica e posterior fiscalização, sendo vedada a apresentação de emendas genéricas ou com objeto indeterminado.
§ 2º Quando o destinatário final da emenda for uma organização da sociedade civil ou outra entidade pública ou privada, o Plano de Trabalho indicará a sua denominação social, CNPJ e dados de contato.
Art. 252-K Todos os vereadores, enquanto no exercício do mandato, podem apresentar emendas impositivas ao orçamento, inclusive o Presidente da Câmara e os membros da Comissão de Finanças e Orçamento.
§ 1º No caso de afastamento superveniente de Vereador, caso tenha previamente apresentado emendas perante a Comissão de Finanças e Orçamento, dentro do prazo fixado no Calendário de Tramitação, serão as mesmas consideradas válidas, desde que sejam aprovadas pela análise técnica da Comissão.
§ 2º No caso de afastamento de Vereador que não tenha apresentado emendas à Comissão, a legitimidade para apresentá-las passará ao seu substituto, desde que observado o prazo do Calendário de Tramitação e os demais requisitos aplicáveis.
§ 3º Caberá ao Departamento Legislativo e ao Departamento de Finanças da Câmara auxiliar os vereadores na elaboração das emendas impositivas e auxiliar a Comissão na sua análise, sempre que requisitados, e notadamente em relação à classificação orçamentária das destinações e valoração das respectivas metas.
Art. 252-L A Comissão de Finanças e Orçamento processará as emendas impositivas e sobre elas emitirá parecer, analisando a sua regularidade formal e material, com base nos seguintes critérios de admissibilidade:
I – compatibilidade da emenda com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
II – observância das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal;
III – inexistência de incompatibilidade ou contradição com os programas governamentais existentes;
IV – viabilidade técnica de sua execução;
V – compatibilidade financeira entre o valor e o respectivo objeto;

VI – a observância dos demais requisitos desta Lei.
Art. 252-M O Relator da Comissão de Finanças e Orçamento emitirá parecer sobre a viabilidade de todas as emendas apresentadas, individualmente ou em conjunto, até 5 (cinco) dias úteis após a publicação das mesmas nos termos do art. 252-H.
Parágrafo único. Caso vislumbre qualquer erro, vício ou a inviabilidade técnica de emenda, o Relator orientará o respectivo autor a promover as correções necessárias, ou promover a substituição da destinação inicialmente proposta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.
Art. 252-N Não será admitida emenda impositiva que:
I – destine-se ao pagamento de despesas com pessoal ou encargos sociais;
II – tenha objeto incompatível com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual ou os planos setoriais aplicáveis;
III – tenha objeto incompatível com as competências do órgão executor indicado;
IV – tenha objeto incompatível com as finalidades institucionais da entidade beneficiária, quando for o caso;
V – indique entidade privada sem fins lucrativos sabidamente em situação irregular ou impedida de receber recursos públicos;
VI – configure promoção pessoal, favorecimento privado, conflito de interesses, desvio de finalidade ou direcionamento indevido;
VII – fragmente artificialmente despesa, projeto, ação ou objeto com a finalidade de burlar regras legais, procedimentos de controle ou limites de execução;
VIII – não contenha objeto minimamente determinado, justificativa de interesse público ou identificação do público beneficiário, quando cabível;
IX – viole flagrantemente normas constitucionais, legais, orçamentárias, financeiras ou os princípios da Administração Pública;
X – não indique os recursos necessários para seu custeio, sendo admitidos apenas os provenientes de anulação de valores, preferencialmente da rubrica de Reserva de Contingência ou outra reserva estabelecida no orçamento especificamente para as emendas;
XI – apresente-se incompleta, deixando de atender algum dos elementos elencados no artigo 252-J;
XII – inclua objeto cujo custo de execução seja flagrantemente superior ao valor a ele atribuído na emenda;
XIII – vise destinar recursos para entidade privada sem fins lucrativos que tenha, em sua direção, administração, conselho, quadro de associados, gerência ou função equivalente, pessoa que mantenha vínculo de parentesco, até o terceiro grau, inclusive por afinidade, com o vereador autor da emenda, ou assessor e ele vinculado,
§ 1º Para os fins do inciso XIII, considera-se vínculo de parentesco o existente com cônjuge, companheiro, ascendente, descendente, colateral ou afim até o terceiro grau.
§ 2º A vedação prevista no inciso XIII também se aplica quando o parente do vereador exercer, ainda que de fato, função de direção, coordenação, gestão, representação, controle ou influência relevante sobre a entidade beneficiária.
§ 3º A vedação do inciso XIII abrange também a destinação recíproca, entre dois ou mais vereadores, de emendas parlamentares para entidades que possuam em seus quadros pessoas com vínculo de parentesco um do outro, na forma do § 1º.
Art. 252-O O Prefeito poderá enviar mensagem à Câmara, para propor modificação do projeto de Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias ou Orçamento Anual, enquanto não emitido o parecer final pela Comissão de Finanças e Orçamento.
Parágrafo único. A mensagem modificativa será disponibilizada em meio eletrônico aos vereadores e será despachada à Comissão, cujo prazo para o parecer será o que lhe restar, observado o mínimo de 5 (cinco) dias úteis.
Art. 252-P Encerrada a fase de instrução, a Comissão de Finanças e Orçamento elaborará parecer final consolidado sobre o respectivo projeto de lei.
§ 1º O parecer será elaborado pelo Relator e submetido à deliberação da Comissão, que decidirá de forma colegiada, podendo aprová-lo, rejeitá-lo ou apresentar substitutivo.
§ 2º Aprovado o parecer, será ele encaminhado ao Presidente da Câmara e publicado integralmente no sistema legislativo eletrônico.
§ 3º O parecer final consolidado deverá assegurar clareza, coerência e transparência, permitindo a adequada compreensão das alterações promovidas e de seus fundamentos.
§ 4º O parecer final consolidado servirá de base para a discussão e votação em Plenário, sem prejuízo da apresentação de destaques, na forma regimental.
§ 5º Para a elaboração do parecer final consolidado, a Comissão de Finanças e Orçamento contará com o apoio técnico das servidores da Câmara Municipal, especialmente das áreas jurídica, contábil, orçamentária e legislativa.
Art. 252-Q Enviado à Mesa, o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento será publicado, liberando-se o projeto para inclusão no ordem do dia, para discussão e votação.
Parágrafo único. Os projetos de lei orçamentárias têm preferência sobre todos os demais, na discussão e votação, ressalvados os projetos de autoria do Prefeito com pedido de urgência e os vetos com prazo de apreciação vencido, nas hipóteses dos arts. 46, § 2º e 48, § 4º da Lei Orgânica do Município.
Art. 252-R O processo de deliberação do projeto de lei do orçamento anual observará aos seguintes procedimentos e regras:
I – A discussão e votação das emendas impositivas serão realizadas em bloco, salvo pedido de destaque, e as demais emendas serão realizadas individualmente;
II – Não se concederá vista de parecer, do projeto ou de emendas;
III – Terão preferência para se manifestar, na discussão, o relator da Comissão de Finanças e Orçamento e os autores das respectivas emendas;
IV – Após a votação de todas as emendas, passar-se-á à discussão e votação do projeto de lei;
V – A ordem do dia poderá ser prorrogada pelo Presidente da Câmara, de ofício, até o encerramento da discussão e votação da matéria;
VI – É vedada a apresentação de novas emendas em Plenário, ressalvadas as hipóteses estritamente regimentais de adequação técnica ou correção formal;
VII – Poderão ser admitidos destaques para votação em separado, na forma regimental, desde que não comprometam a coerência do texto orçamentário.
Parágrafo único. O Presidente da Câmara, se necessário, convocará reunião extraordinária para a votação dos projetos de leis orçamentárias dentro dos prazos pertinentes.
Art. 252-S Aprovado o projeto de lei do orçamento anual pelo Plenário, será elaborada a sua redação final, nos termos do art. 237 deste Regimento, podendo a Comissão de Legislação, Justiça e Redação, se julgar necessário, solicitar o auxílio da Comissão de Finanças e Orçamento e do Departamento de Finanças da Câmara.
§ 1º A redação final promoverá a incorporação das emendas aprovadas pelo plenário ao texto do projeto, ou em documento anexo.
§ 2º Constatada, na fase de redação final, a existência de erro material ou inconsistência técnica que comprometa a execução orçamentária, a Comissão poderá promover os ajustes estritamente necessários, vedada qualquer inovação de conteúdo.
§ 3º Apresentada a redação final, será o projeto enviado, em autógrafo, ao Poder Executivo, para sanção ou veto, devendo ser alertado o Prefeito para as necessidades de consolidação dos quadros anônos ao orçamento, no caso de aprovação de emendas de apropriação de despesas ou de remanejamento.
§ 4º Acompanhará o autógrafo uma relação completa das emendas impositivas aprovadas.
Art. 252-T A Câmara de Vereadores assegurará a transparência e a publicidade das emendas impositivas elaboradas e aprovadas, e promoverá o acompanhamento de sua execução pelo Poder Executivo.
Art. 252-U O acompanhamento das emendas impositivas pela Câmara Municipal observará todo o seu ciclo orçamentário, compreendendo:
I – sua proposição e aprovação no âmbito legislativo;
II – sua programação e inclusão no orçamento;
III – sua execução orçamentária e financeira, incluindo a sua inscrição em restos a pagar e existência de saldos remanescentes ou realocação para outros fins, quando aplicável.
IV – a entrega do bem, serviço, obra ou resultado à população;
V – a prestação de contas e avaliação dos resultados.
Art. 252-V A Comissão de Finanças e Orçamento exercerá o acompanhamento da execução das emendas impositivas, podendo:
I – solicitar informações, documentos e esclarecimentos ao Poder Executivo;
II – requisitar dados ao órgão de controle interno do Poder Executivo;
III – realizar reuniões, audiências ou diligências;
IV – emitir relatórios de acompanhamento e recomendações.
Art. 252-W O descumprimento injustificado das emendas impositivas ou a ausência de transparência quanto à sua execução poderá ensejar, por parte do Poder Legislativo:
I – adoção de medidas de fiscalização e controle pelo Poder Municipal;
II – comunicação aos órgãos de controle externo competentes;
III – outras providências cabíveis na forma da legislação aplicável.”

Art. 2º Ficam revogados os parágrafos 3º e 4º do artigo 188 do Regimento Interno da Câmara (Resolução nº 01/2024).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pindamonhangaba, 21 de outubro de 2026.

Marco Mayor
Presidente da Câmara

EXPEDIENTE

O conteúdo editorial desta página é de inteira responsabilidade da Divisão de Comunicação da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba

19ª Legislatura – 2025/2028
Mesa Diretora 2025/2026:

Vereador Marco Mayor (PL)

Presidente

Vereadora Ana Paula Goffi (União Brasil)

1ª Vice-Presidente

Vereador Carlos Moura – Magrão (PSD)

2ª Vice-Presidente

Vereador Professor Everton (Republicanos)

1ª Secretário

Vereador Gilson Nagrin (PL)

2ª Secretário

Vereadores:

Felipinho César (PL), Gari Abençoad
(Republicanos) Norberto Moraes (PP),

Professor Felipe Guimarães (PODEMOS)

Renato Cebola (União Brasil)
e Rogério Ramos (PODEMOS)

Divisão de Comunicação

Assistentes de Imprensa Parlamentar:

Luiz Carlos Pinto – MTb 32.783 – telefone: (12) 3644-2279 – e-mail: luizcarlos@pindamonhangaba.sp.leg.br
Robson Luis Monteiro – MTb 18.021 – telefone: (12) 3644-2275 – e-mail: robsomonteiro@pindamonhangaba.sp.leg.br
Pedro Junqueira Franco de Castro – MTb 88.674 – telefone: (12) 3644-2224 – e-mail: pedrocastro@pindamonhangaba.sp.leg.br

CÂMARA DE VEREADORES DE PINDAMONHANGABA
Plenário “Dr. Francisco Romano de Oliveira”

Rua Alcides Ramos Nogueira, 860 - Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - 12421-681 - Tel.: (12) 3644-2250
Telefone: (12) 3644-2250 - www.pindamonhangaba.sp.leg.br

 /camaradepinda

 @camaradepinda

**Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba**
Estado de São Paulo

ATO N.º 17/2026

ESTABELECE PRAZOS PARA EXAME DO PROJETO DE LEI QUE “ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2027”.

Vereador **MARCO MAYOR**, Presidente da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, baixa o seguinte ATO:

Art. 1º Fica estipulado o seguinte cronograma para análise do Projeto de Lei nº 237/2026, que “Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 2027”:

Data	Evento
De 26.10.2026 a 10.11.2026	Período para recebimento de sugestões populares.
28.10.2026	Divulgação dos valores (global e individual) reservados para as emendas impositivas por Vereador e do percentual reservado à saúde; divulgação dos modelos de formulários, plano de trabalho e manual técnico.
11.11.2026	Realização, pela Comissão de Finanças e Orçamento, de Audiência Pública para discussão do Projeto de Lei nº 237/2026.
12.11.2026	Prazo final para protocolo das emendas ao Projeto de Lei nº 237/2026.
17.11.2026	Prazo final para conferência das emendas apresentadas ao projeto de lei pela Assessoria da Câmara.
19.11.2026	Prazo final para emissão do parecer pelo Relator da Comissão de Finanças e Orçamento sobre a viabilidade de todas as emendas apresentadas ao projeto de lei.
25.11.2026	Prazo final para ajuste ou correção de emendas apresentadas ao projeto de lei.
27.11.2026	Prazo final para emissão de parecer técnico de regularidade formal pelo Departamento Jurídico e pelo Departamento de Finanças.
02.12.2026	Prazo final para apresentação do parecer final consolidado da Comissão de Finanças e Orçamento ao projeto de lei.
07.12.2026	Prazo final para emissão de parecer ao projeto de lei pelas Comissões Permanentes.
08.12.2026	Data a partir da qual o projeto estará liberado para inclusão na Ordem do Dia, para discussão e votação em Plenário.
15.12.2026	Prazo final para aprovação do projeto de lei em Plenário.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Pindamonhangaba, 26 de outubro de 2026.

Marco Mayor
Presidente da Câmara

Rua Alcides Ramos Nogueira, 860 - Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - 12421-681 - Tel.: (12) 3644-2250
Pindamonhangaba - SP | Portal: www.pindamonhangaba.sp.leg.br

Documento assinado digitalmente por Marco Mayor (325 ***-**-68) em 26/10/2026 09:41.
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.pindamonhangaba.sp.leg.br/cei> e informe o código: 26102600957400A23

**Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba**
Estado de São Paulo

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N.º 3/2026

Em cumprimento ao parágrafo único do artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a **CÂMARA DE VEREADORES DE PINDAMONHANGABA C.O.N.V.I.D.A** a população em geral, para acompanhar a **AUDIÊNCIA PÚBLICA** referente ao Projeto de Lei nº 237/2026, que “Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 2027”, de acordo com os termos a seguir:

Data: **11 de novembro de 2026.**
Horário: **18h**
Local: **Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba - Plenário “Dr. Francisco Romano de Oliveira”.**

São objetivos dessa audiência pública permitir a participação de pessoas ou entidades interessadas no assunto objeto da discussão; recolher subsídios ou informações para o processo de tomada de decisões no âmbito do Poder Legislativo; proporcionar aos cidadãos a oportunidade de encaminhar seus pontos, sugestões e opiniões; identificar os aspectos relevantes à matéria orçamentária e, por fim, dar publicidade ao projeto de lei que “Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 2027”.

A participação dos interessados se dará mediante prévia inscrição, para enviar sua sugestão, dúvida ou comentário, até o dia 10 de novembro de 2026, através do endereço <https://www.pindamonhangaba.sp.leg.br/enquete17>, ou presencialmente no dia da Audiência Pública.

A Audiência Pública será transmitida através dos seguintes meios oficiais de acesso:
- Portal da Câmara: www.pindamonhangaba.sp.leg.br
- TV Câmara: Canal 04 – Operadora Claro
- Canal do Youtube: <https://www.youtube.com/c/camarapinda>
O Projeto de Lei nº 237/2026 pode ser consultado em:
<https://www.pindamonhangaba.sp.leg.br/proposicoes/pesquisa/01/10/153474>.

Pindamonhangaba, 26 de outubro de 2026.

Vereador Professor Everton
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Rua Alcides Ramos Nogueira, 860 - Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - 12421-681 - Tel.: (12) 3644-2250
Pindamonhangaba - SP | Portal: www.pindamonhangaba.sp.leg.br

Documento assinado digitalmente por Everton Cheuzul de Souza Mayor (330 ***-**-26) em 26/10/2026 09:58.
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.pindamonhangaba.sp.leg.br/cei> e informe o código: 26102600956490A43

**Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba**
Estado de São Paulo

Declaração nº 49/2026

DECLARAÇÃO - REGISTRO DE DESISTÊNCIA DE CANDIDATO CONVOCADO

Concurso Público nº 01/2024
Cargo: Contador
Candidato: Gabriel Marchesini das Neves

A Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba declara, para os devidos fins, que o candidato **Gabriel Marchesini das Neves**, classificado em 3º lugar para o cargo de Contador no **Concurso Público nº 01/2024**, regularmente convocado para apresentação da documentação necessária à admissão, conforme convocação expedida em 20 de outubro de 2026, apresentou declaração formal, devidamente assinada, por meio da qual manifestou expressamente sua desistência da vaga para a qual foi convocado.

A referida declaração integra a documentação administrativa pertinente, ficando formalizado o registro da desistência para fins de publicidade, transparência e prosseguimento dos procedimentos relativos ao concurso público, observadas as disposições editalícias aplicáveis.

Pindamonhangaba, data igual da assinatura digital.

Vereador Marco Mayor
Presidente

Gabriel Fernando
Diretor de Recursos Humanos

Rua Alcides Ramos Nogueira, 860 - Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - 12421-681 - Tel.: (12) 3644-2250
Pindamonhangaba - SP | Portal: www.pindamonhangaba.sp.leg.br

Documento assinado digitalmente por 2 signatários
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.pindamonhangaba.sp.leg.br/cei> e informe o código: 261022143606CE02

**Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba**
Estado de São Paulo

CONCURSO PÚBLICO 01/2024
CONVOCAÇÃO

4º – Contador:
Fernando Urbano Vesaro

Com a aprovação de Vossa Senhoria no Concurso Público sob n.º 01/2024, **CONVOCAMOS-LHE** a comparecer na sede da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba, localizada na Rua Alcides Ramos Nogueira, n.º 860, Bairro Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, **dia 29 de outubro de 2026, quinta-feira às 10h00**, com os documentos descritos abaixo:

Cédula de Identidade – RG (não pode ser substituído por CNH).
CPF (caso não conste no RG).
Comprovante de inscrição PIS/PASEP.
Título de Eleitor.
Certificado de quitação/regularidade com o serviço Militar obrigatório (sexo masculino) até 45 anos de idade.
Comprovante de votação da última eleição ou certidão de quitação eleitoral.
Carteira de Trabalho Digital (arquivo em PDF).
Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (se possuir).
Certidão de casamento (civilmente casado) ou de nascimento (civilmente solteiro).
Cédula de Identidade – RG do cônjuge (se for o caso).
Comprovante de Escolaridade, conforme solicitado no Edital do Concurso.
Atestado de Antecedentes Criminais.
Comprovante de residência.
Se possuir dependentes – Certidão de nascimento dos filhos e/ou dependentes; Carteira de vacinação dos filhos de 0 a 05 anos; Declaração de Escolaridade dos filhos de 06 a 14 anos incompletos, (seja necessário informar o CPF do dependente também).
Declaração de Imposto de renda (caso tenha declarado no último exercício).
Apresentar declaração do último emprego público (Federal, Estadual ou Municipal) de Empresa Pública, Autarquia ou Sociedade de Economia Mista, que conste cargo/função exercida, com data de admissão e exoneração, informando não ter sido demitido por justa causa ou a bem do serviço público.

Conforme Edital do Concurso Público 01/2024, em seu Item 17.3 – O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação será considerado desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.

Vereador Marco Mayor
Presidente

Rua Alcides Ramos Nogueira, 860 - Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - 12421-681 - Tel.: (12) 3644-2250
Pindamonhangaba - SP | Portal: www.pindamonhangaba.sp.leg.br

Documento assinado digitalmente por Marco Mayor (325 ***-**-68) em 23/10/2026 12:55
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.pindamonhangaba.sp.leg.br/cei> e informe o código: 2610211250635602

**Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba**
Estado de São Paulo

RESOLUÇÃO N.º 017/2026

ALTERA O ART. 18 DA RESOLUÇÃO Nº 01/2024, QUE “DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE PINDAMONHANGABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.
(Projeto de Resolução nº 11/2026, de autoria do Vereador Marco Mayor).

VEREADOR MARCO MAYOR, Presidente da Câmara de Vereadores de Pindamonhangaba, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica alterado o caput do Art. 18 da Resolução nº 01/2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18 A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á a partir do mês de outubro do ano em que se encerra o mandato da Mesa a ser substituída. Imediatamente proclamados os eleitos, serão eles considerados empossados em 1º de janeiro do ano subsequente, devendo assinar o termo de posse no primeiro dia útil da terceira Sessão Legislativa.
[...]”.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pindamonhangaba, 21 de outubro de 2026.

Marco Mayor
Presidente da Câmara

Rua Alcides Ramos Nogueira, 860 - Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - 12421-681 - Tel.: (12) 3644-2250
Pindamonhangaba - SP | Portal: www.pindamonhangaba.sp.leg.br

Documento assinado digitalmente por Marco Mayor (325 ***-**-68) em 21/10/2026 10:12
Para verificar sua autenticidade, acesse: <https://www.pindamonhangaba.sp.leg.br/cei> e informe o código: 2610211085626003

TN *Tribuna do Norte*



1. *Journal of the American Medical Association*, 1997; 277: 1039-1043.

DESCRIÇÃO		FIRACAO		EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
		INICIAL	ATUALIZADA	NO PERÍODO	ATE PERÍODO	NO PERÍODO	ATE PERÍODO	NO PERÍODO	ATE PERÍODO
12 365 02	271.000.000	3.190.16.44 - Funções Extraordinárias		20.72	1.017.58	20.72	1.017.58	20.72	1.017.58
	272.000 - Educação - FUNDEB - ETI 4% - OUTROS			4.197.048,89	12.241.460,86	4.197.048,89	12.241.460,86	4.206.235,93	11.930.283,08
12 365 02	272.000.000	3.190.11.01 - Vencimentos e Salários		3.147.413,81	9.413.226,28	3.147.413,81	9.413.226,28	3.147.413,81	9.413.226,28
12 365 02	272.000.000	3.190.11.43 - Salário		114.491,48	303.760,13	114.491,48	303.760,13	114.491,48	303.760,13
12 365 02	272.000.000	3.190.13.01 - FGTS		259.820,14	703.194,25	259.820,14	703.194,25	259.866,87	616.506,48
12 365 02	272.000.000	3.190.13.02 - Contribuições Previdenciárias - INSS		669.189,13	1.812.405,91	669.189,13	1.812.405,91	677.509,44	1.596.975,05
12 365 02	272.000.000	3.190.16.44 - Funções Extraordinárias		6.134,33	8.804,29	6.134,33	8.804,29	6.134,33	8.804,29
APLICACAO COM RECURSOS DO FUNDEB - OUTRAS				5.000.000,00	4.680.541,81	4.680.541,81	315.725,30	316.725,30	316.725,30
361 - Ensino Fundamental				1.600.000,00	1.480.541,81	1.480.541,81	315.725,30	316.725,30	316.725,30
02 - Transferência e Convênios Estaduais - Vinculados				1.600.000,00	1.480.541,81	1.480.541,81	315.725,30	316.725,30	316.725,30
262.004 - FUNDEB - ETI 4% - OUTROS				1.600.000,00					
12 361 02	262.004.000	3.350.38.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			1.480.541,81	1.480.541,81	315.725,30	315.725,30	316.725,30
12 361 02	262.004.000	3.350.39.01 - Terço de Colaboração			1.480.541,81	1.480.541,81	315.725,30	315.725,30	316.725,30
05 - Transferência e Convênios Federais - Vinculados									
262.004 - FUNDEB - ETI 4% - OUTROS									
12 361 05	262.004.000	3.350.38.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica							
365 - Educação Infantil				3.400.000,00	3.400.000,00	3.400.000,00			
02 - Transferência e Convênios Estaduais - Vinculados				3.400.000,00	3.400.000,00	3.400.000,00			
262.004 - FUNDEB - ETI 4% - OUTROS				3.400.000,00					
12 365 02	262.004.000	4.4.90.51.00 - OBRAS e INSTALAÇÕES							
12 365 02	262.004.000	4.4.90.51.01 - OBRAS e INSTALAÇÕES							
OUTRAS APLICAÇÕES NO ENSINO				20.088.454,40	24.296.529,55	1.210.007,37	19.454.448,67	16.432.888,62	13.769.423,54
01 - Teorico				19.013.954,00	21.874.064,24	1.388.956,98	19.786.685,29	13.266.389,00	10.651.916,31
220.000 - Ensino Fundamental									
12 361 01	220.000.000	3.390.30.07 - Gêneros de Alimentação			5.933,10	16.352,00	5.800,68	11.983,96	5.800,68
02 - Transferência e Convênios Estaduais - Vinculados				11.533.000,00	11.533.000,00	5.933,10	16.352,00	5.800,68	11.983,96
000.000 -				11.533.000,00	11.533.000,00	33.999,30	9.252.292,59	2.447.403,55	8.766.041,16
12 361 02	000.000.000	3.390.38.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica							
12 361 02	000.000.000	3.390.39.01 - Terço de Colaboração							

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

CONVOCAÇÃO

Convocamos o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), classificados no Concurso Público nº 001/2023 para apresentação de documentos, EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DA PLATAFORMA 1DOC DESTA PREFEITURA, conforme instruções a seguir:

AUXILIAR DE LABORATÓRIO:

8º LUIZ PAULO CALADO DE ALVARENGA DOMINGUES

DOCUMENTOS A ENVIAR – EM ARQUIVO PDF

- Cédula de Identidade – RG (não pode ser substituído por CNH);
- CPF (caso não conste no RG);
- Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (se não possuir, fazer declaração simples constando que não possui, que nunca foi cadastrado por nunca ter tido emprego formal, efetivo ou temporário e nem em serviço público);
- Certificado de quitação/regulidaridade com o Serviço Militar obrigatório (sexo masculino até 45 anos de idade);
- Comprovante de votação da última eleição (os candidatos que justificaram a ausência nas eleições ou não possuem o comprovante, deverão apresentar certidão de quitação eleitoral);
- Carteira de Trabalho Digital (parte de dados pessoais);
- Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS – página da foto e da qualificação (se possuir);
- Certidão de Casamento (se for o caso);
- Certificado de conclusão do curso de Ensino Fundamental;
- Certificado de conclusão do curso de Auxiliar de Laboratório;
- Comprovante de 6 (seis) meses de experiência na área de atuação;
- Atestado de Antecedentes Criminais;
- Comprovante de residência (em nome do candidato, ou dos pais, se for solteiro ou do cônjuge, se for casado);
- Se possuir dependentes – Certidão de Nascimento dos filhos e/ou dependentes; Caderneta de Vacinação dos filhos de 0 a 5 anos; Declaração de Escolaridade dos filhos de 6 a 14 anos incompletos (será necessário informar o CPF do dependente também).

PRAZO DE ENVIO: a partir da data de publicação desta convocação até **27/10/2026**
FORMA DE ENVIO (1DOC):

Entrar no navegador Google e seguir os passos abaixo:

<https://pindamonhangaba.1doc.com.br/atendimento>

- Clicar em Protocolo.
- Colocar o seu e-mail e clicar em prosseguir.
- Ir para assunto:
 - o Concurso Público 001/2023 - Convocação: AUXILIAR DE LABORATÓRIO.
- Anexar os documentos relacionados e o formulário (preenchido e assinado) da Declaração de Vínculo de Cargo/Emprego e/ou Proventos públicos, todos digitalizados em arquivo pdf.
- Assinar digitalmente (assinatura 1doc).
- Enviar (atentando-se ao prazo estabelecido neste edital).

IMPORTANTE:

- **O não envio de todos os documentos no prazo indicado acarretará a desclassificação do candidato** considerando a tática desistência da vaga.
- O Departamento de Recursos Humanos manterá o contato através do Protocolo aberto para envio dos documentos, enviando através dele as informações, solicitações e agendamentos para cumprir todo o processo da admissão, portanto **é imprescindível acompanhar o andamento do seu protocolo**.
- Após conferidos e considerados em conformidade com as exigências será agendado (via 1Doc – mesmo protocolo) data para o comparecimento no Departamento de Recursos Humanos para assinar Ata da Atribuição do Emprego e encaminhamento para exame médico pré-admissional. **O não cumprimento dessa fase (não comparecimento) também será considerado como tática desistência da vaga pelo candidato, ocasionando a sua desclassificação deste concurso público.**

ALAN CHARLES DIAS

SECRETÁRIO MUNICIPAL ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

CONVOCAÇÃO

Convocamos o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), classificados no Concurso Público nº 001/2023 para apresentação de documentos, EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DA PLATAFORMA 1DOC DESTA PREFEITURA, conforme instruções a seguir:

AUXILIAR DE ENFERMAGEM:

50º MARIA DANIELA GOMES

DOCUMENTOS A ENVIAR – EM ARQUIVO PDF

- Cédula de Identidade – RG (não pode ser substituído por CNH);
- CPF (caso não conste no RG);
- Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (se não possuir, fazer declaração simples constando que não possui, que nunca foi cadastrado por nunca ter tido emprego formal, efetivo ou temporário e nem em serviço público);
- Certificado de quitação/regulidaridade com o Serviço Militar obrigatório (sexo masculino até 45 anos de idade);
- Comprovante de votação da última eleição (os candidatos que justificaram a ausência nas eleições ou não possuem o comprovante, deverão apresentar certidão de quitação eleitoral);
- Carteira de Trabalho Digital (parte de dados pessoais);
- Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS – página da foto e da qualificação (se possuir);
- Certidão de Casamento (se for o caso);
- Certificado de conclusão do curso de Ensino Médio;
- Certificado de conclusão do curso de Auxiliar de Enfermagem;
- Comprovante de 6 (seis) meses de experiência na área de atuação após registro no COREN;
- Registro no COREN-SP;
- Atestado de Antecedentes Criminais;
- Comprovante de residência (em nome do candidato, ou dos pais, se for solteiro ou do cônjuge, se for casado);
- Se possuir dependentes – Certidão de Nascimento dos filhos e/ou dependentes; Caderneta de Vacinação dos filhos de 0 a 5 anos; Declaração de Escolaridade dos filhos de 6 a 14 anos incompletos (será necessário informar o CPF do dependente também).

PRAZO DE ENVIO: a partir da data de publicação desta convocação até **27/10/2026**

FORMA DE ENVIO (1DOC):

Entrar no navegador Google e seguir os passos abaixo:

<https://www.atendimento.pindamonhangaba.sp.gov.br>

- Digitar o assunto:
 - o Concurso Público 001/2023 - Convocação: AUXILIAR DE ENFERMAGEM.
- Clicar no Assunto.
- Clicar em 'Abrir online > Via protocolo 1Doc'.
- Colocar o e-mail e prosseguir.
- Anexar os documentos relacionados e o formulário (preenchido e assinado) da Declaração de Vínculo de Cargo/Emprego e/ou Proventos públicos, todos digitalizados em arquivo pdf.
- Assinar digitalmente (assinatura 1doc).
- Enviar (atentando-se ao prazo estabelecido neste edital).

IMPORTANTE:

- **O não envio de todos os documentos no prazo indicado acarretará a desclassificação do candidato** considerando a tática desistência da vaga.
- O Departamento de Recursos Humanos manterá o contato através do Protocolo aberto para envio dos documentos, enviando através dele as informações, solicitações e agendamentos para cumprir todo o processo da admissão, portanto **é imprescindível acompanhar o andamento do seu protocolo**.
- Após conferidos e considerados em conformidade com as exigências será agendado (via 1Doc – mesmo protocolo) data para o comparecimento no Departamento de Recursos Humanos para assinar Ata da Atribuição do Emprego e encaminhamento para exame médico pré-admissional. **O não cumprimento dessa fase (não comparecimento) também será considerado como tática desistência da vaga pelo candidato, ocasionando a sua desclassificação deste concurso público.**

ALAN CHARLES DIAS

SECRETÁRIO MUNICIPAL ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA GERAL Nº 7 083, DE 26 DE OUTUBRO DE 2026.

Ricardo Alberto Pereira Piorino, Prefeito do Município de Pindamonhangaba, no uso de suas atribuições, RESOLVE CESSAR a designação de Mary Ellen Juliano Rivelles para a função de confiança de Chefe de Divisão de Transporte Escolar, a partir de 26 de outubro de 2026.

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 26 de outubro de 2026.

Pindamonhangaba, 26 de outubro de 2026.

Ricardo Alberto Pereira Piorino

Prefeito Municipal

Luciana de Oliveira Ferreira

Secretária de Educação

Registrada e Publicada na Secretaria de Negócios Jurídicos em 26 de outubro de 2026.

Anderson Plínio da Silva Alves

Secretário de Negócios Jurídicos

SNU/app/memorando 44872/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

CONVOCAÇÃO

Convocamos o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), classificados no Concurso Público nº 001/2023 para apresentação de documentos, EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DA PLATAFORMA 1DOC DESTA PREFEITURA, conforme instruções a seguir:

DESENHISTA:

4º BRUNA FROZ GUIMARÃES

DOCUMENTOS A ENVIAR – EM ARQUIVO PDF

- Cédula de Identidade – RG (não pode ser substituído por CNH);
- CPF (caso não conste no RG);
- Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (se não possuir, fazer declaração simples constando que não possui, que nunca foi cadastrado por nunca ter tido emprego formal, efetivo ou temporário e nem em serviço público);
- Certificado de quitação/regulidaridade com o Serviço Militar obrigatório (sexo masculino até 45 anos de idade);
- Comprovante de votação da última eleição (os candidatos que justificaram a ausência nas eleições ou não possuem o comprovante, deverão apresentar certidão de quitação eleitoral);
- Carteira de Trabalho Digital (parte de dados pessoais);
- Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS – página da foto e da qualificação (se possuir);
- Certidão de Casamento (se for o caso);
- Certificado de conclusão do curso de Ensino Médio;
- Comprovante de conclusão de curso na área;
- Comprovante de 6 (seis) meses de experiência na área de atuação;
- Atestado de Antecedentes Criminais;
- Comprovante de residência (em nome do candidato, ou dos pais, se for solteiro ou do cônjuge, se for casado);
- Se possuir dependentes – Certidão de Nascimento dos filhos e/ou dependentes; Caderneta de Vacinação dos filhos de 0 a 5 anos; Declaração de Escolaridade dos filhos de 6 a 14 anos incompletos (será necessário informar o CPF do dependente também).

PRAZO DE ENVIO: a partir da data de publicação desta convocação até **27/10/2026**
FORMA DE ENVIO (1DOC):

- Clicar em Protocolo.
- Colocar o seu e-mail e clicar em prosseguir.
- Ir para assunto:
 - o Concurso Público 001/2023 - Convocação: DESENHISTA.
- Anexar os documentos relacionados e o formulário (preenchido e assinado) da Declaração de Vínculo de Cargo/Emprego e/ou Proventos públicos, todos digitalizados em arquivo pdf.
- Assinar digitalmente (assinatura 1doc).
- Enviar (atentando-se ao prazo estabelecido neste edital).

IMPORTANTE:

- **O não envio de todos os documentos no prazo indicado acarretará a desclassificação do candidato** considerando a tática desistência da vaga.
- O Departamento de Recursos Humanos manterá o contato através do Protocolo aberto para envio dos documentos, enviando através dele as informações, solicitações e agendamentos para cumprir todo o processo da admissão, portanto **é imprescindível acompanhar o andamento do seu protocolo**.
- Após conferidos e considerados em conformidade com as exigências será agendado (via 1Doc – mesmo protocolo) data para o comparecimento no Departamento de Recursos Humanos para assinar Ata da Atribuição do Emprego e encaminhamento para exame médico pré-admissional. **O não cumprimento dessa fase (não comparecimento) também será considerado como tática desistência da vaga pelo candidato, ocasionando a sua desclassificação deste concurso público.**

ALAN CHARLES DIAS

SECRETÁRIO MUNICIPAL ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

CONVOCAÇÃO

Convocamos o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), classificados no Concurso Público nº 1/2023 para apresentação de documentos, EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DA PLATAFORMA 1DOC DESTA PREFEITURA, conforme instruções a seguir:

ASSISTENTE DE SERVIÇOS GERAIS:

153ª FABIOLA CARVALHO DIAS DE OLIVEIRA

DOCUMENTOS A ENVIAR – EM ARQUIVO PDF

- Cédula de Identidade – RG (não pode ser substituído por CNH);
- CPF (caso não conste no RG);
- Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (se não possuir, fazer declaração simples constando que não possui, que nunca foi cadastrado por nunca ter tido emprego formal, efetivo ou temporário e nem em serviço público);
- Certificado de quitação/regulidaridade com o Serviço Militar obrigatório (sexo masculino até 45 anos de idade);
- Comprovante de votação da última eleição (os candidatos que justificaram a ausência nas eleições ou não possuem o comprovante, deverão apresentar certidão de quitação eleitoral);
- Carteira de Trabalho Digital (parte de dados pessoais);
- Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS – página da foto e da qualificação (se possuir);
- Certidão de Casamento (se for o caso);
- Certificado de conclusão do curso de Ensino Fundamental;
- Atestado de Antecedentes Criminais;
- Comprovante de residência (em nome do candidato, ou dos pais, se for solteiro ou do cônjuge, se for casado);
- Se possuir dependentes – Certidão de Nascimento dos filhos e/ou dependentes; Caderneta de Vacinação dos filhos de 0 a 5 anos; Declaração de Escolaridade dos filhos de 6 a 14 anos incompletos (será necessário informar o CPF do dependente também).

PRAZO DE ENVIO: a partir da data de publicação desta convocação até **27/10/2026**

FORMA DE ENVIO (1DOC):

Entrar no navegador Google e seguir os passos abaixo:

<https://pindamonhangaba.1doc.com.br/atendimento>

- Clicar em Protocolo.
- Colocar o seu e-mail e clicar em prosseguir.
- Ir para assunto:
 - o Concurso Público 001/2023 - Convocação: ASSISTENTE DE SERVIÇOS GERAIS.
- Anexar os documentos relacionados e o formulário (preenchido e assinado) da Declaração de Vínculo de Cargo/Emprego e/ou Proventos públicos, todos digitalizados em arquivo pdf.
- Assinar digitalmente (assinatura 1doc).
- Enviar (atentando-se ao prazo estabelecido neste edital).

IMPORTANTE:

- **O não envio de todos os documentos no prazo indicado acarretará a desclassificação do candidato** considerando a tática desistência da vaga.
- O Departamento de Recursos Humanos manterá o contato através do Protocolo aberto para envio dos documentos, enviando através dele as informações, solicitações e agendamentos para cumprir todo o processo da admissão, portanto **é imprescindível acompanhar o andamento do seu protocolo**.
- Após conferidos e considerados em conformidade com as exigências será agendado (via 1Doc – mesmo protocolo) data para o comparecimento no Departamento de Recursos Humanos para assinar Ata da Atribuição do Emprego e encaminhamento para exame médico pré-admissional. **O não cumprimento dessa fase (não comparecimento) também será considerado como tática desistência da vaga pelo candidato, ocasionando a sua desclassificação deste concurso público.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA GERAL Nº 7 082, DE 26 DE OUTUBRO DE 2026.

Ricardo Alberto Pereira Piorino, Prefeito do Município de Pindamonhangaba, no uso de suas atribuições, RESOLVE CESSAR a designação de Reginaldo Lucas Ouverney para a função de confiança de Diretor do Departamento, a partir de 26 de outubro de 2026.

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 26 de outubro de 2026.

Pindamonhangaba, 26 de outubro de 2026.

Ricardo Alberto Pereira Piorino

Prefeito Municipal

Rafael Lamana

Secretário Municipal de Meio Ambiente

Registrada e Publicada na Secretaria de Negócios Jurídicos em 26 de outubro de 026.

Anderson Plínio da Silva Alves

Secretário de Negócios Jurídicos

SNU/app/memorando 44869/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

CONVOCAÇÃO

Convocamos o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), classificados no Concurso Público nº 1/2023 para apresentação de documentos, EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DA PLATAFORMA 1DOC DESTA PREFEITURA, conforme instruções a seguir:

ASSISTENTE DE SERVIÇOS GERAIS:

154ª BRUNO HENRIQUE DE ALMEIDA MONTEIRO

DOCUMENTOS A ENVIAR – EM ARQUIVO PDF

- Cédula de Identidade – RG (não pode ser substituído por CNH);
- CPF (caso não conste no RG);
- Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (se não possuir, fazer declaração simples constando que não possui, que nunca foi cadastrado por nunca ter tido emprego formal, efetivo ou temporário e nem em serviço público);
- Certificado de quitação/regulidaridade com o Serviço Militar obrigatório (sexo masculino até 45 anos de idade);
- Comprovante de votação da última eleição (os candidatos que justificaram a ausência nas eleições ou não possuem o comprovante, deverão apresentar certidão de quitação eleitoral);
- Carteira de Trabalho Digital (parte de dados pessoais);
- Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS – página da foto e da qualificação (se possuir);
- Certidão de Casamento (se for o caso);
- Certificado de conclusão do curso de Ensino Fundamental;
- Atestado de Antecedentes Criminais;
- Comprovante de residência (em nome do candidato, ou dos pais, se for solteiro ou do cônjuge, se for casado);
- Se possuir dependentes – Certidão de Nascimento dos filhos e/ou dependentes; Caderneta de Vacinação dos filhos de 0 a 5 anos; Declaração de Escolaridade dos filhos de 6 a 14 anos incompletos (será necessário informar o CPF do dependente também).

PRAZO DE ENVIO: a partir da data de publicação desta convocação até **27/10/2026**

FORMA DE ENVIO (1DOC):

Entrar no navegador Google e seguir os passos abaixo:

<https://pindamonhangaba.1doc.com.br/atendimento>

- Clicar em Protocolo.
- Colocar o seu e-mail e clicar em prosseguir.
- Ir para assunto:
 - o Concurso Público 001/2023 - Convocação: ASSISTENTE DE SERVIÇOS GERAIS.
- Anexar os documentos relacionados e o formulário (preenchido e assinado) da Declaração de Vínculo de Cargo/Emprego e/ou Proventos públicos, todos digitalizados em arquivo pdf.
- Assinar digitalmente (assinatura 1doc).
- Enviar (atentando-se ao prazo estabelecido neste edital).

IMPORTANTE:

- **O não envio de todos os documentos no prazo indicado acarretará a desclassificação do candidato** considerando a tática desistência da vaga.
- O Departamento de Recursos Humanos manterá o contato através do Protocolo aberto para envio dos documentos, enviando através dele as informações, solicitações e agendamentos para cumprir todo o processo da admissão, portanto **é imprescindível acompanhar o andamento do seu protocolo**.
- Após conferidos e considerados em conformidade com as exigências será agendado (via 1Doc – mesmo protocolo) data para o comparecimento no Departamento de Recursos Humanos para assinar Ata da Atribuição do Emprego e encaminhamento para exame médico pré-admissional. **O não cumprimento dessa fase (não comparecimento) também será considerado como tática desistência da vaga pelo candidato, ocasionando a sua desclassificação deste concurso público.**

ALAN CHARLES DIAS

SECRETÁRIO MUNICIPAL ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

CONVOCAÇÃO

Convocamos o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), classificados no Concurso Público nº 001/2023 para apresentação de documentos, EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DA PLATAFORMA 1DOC DESTA PREFEITURA, conforme instruções a seguir:

AUXILIAR DE BIBLIOTECA:

22º JOÃO GABRIEL GUAYCURU DA COSTA VIEIRA

DOCUMENTOS A ENVIAR – EM ARQUIVO PDF

- Cédula de Identidade – RG (não pode ser substituído por CNH);
- CPF (caso não conste no RG);
- Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (se não possuir, fazer declaração simples constando que não possui, que nunca foi cadastrado por nunca ter tido emprego formal, efetivo ou temporário e nem em serviço público);
- Certificado de quitação/regulidaridade com o Serviço Militar obrigatório (sexo masculino até 45 anos de idade);
- Comprovante de votação da última eleição (os candidatos que justificaram a ausência nas eleições ou não possuem o comprovante, deverão apresentar certidão de quitação eleitoral);
- Carteira de Trabalho Digital (parte de dados pessoais);
- Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS – página da foto e da qualificação (se possuir);
- Certidão de Casamento (se for o caso);
- Certificado de conclusão do curso de Ensino Fundamental;
- Atestado de Antecedentes Criminais;
- Comprovante de residência (em nome do candidato, ou dos pais, se for solteiro ou do cônjuge, se for casado);
- Se possuir dependentes – Certidão de Nascimento dos filhos e/ou dependentes; Caderneta de Vacinação dos filhos de 0 a 5 anos; Declaração de Escolaridade dos filhos de 6 a 14 anos incompletos (será necessário informar o CPF do dependente também).

PRAZO DE ENVIO: a partir da data de publicação desta convocação até **27/10/2026**

FORMA DE ENVIO (1DOC):

Entrar no navegador Google e seguir os passos abaixo:

<https://pindamonhangaba.1doc.com.br/atendimento>

- Clicar em Protocolo.
- Colocar o seu e-mail e clicar em prosseguir.
- Ir para assunto:
 - o Concurso Público 001/2023 - Convocação: AUXILIAR DE BIBLIOTECA.
- Anexar os documentos relacionados e o formulário (preenchido e assinado) da Declaração de Vínculo de Cargo/Emprego e/ou Proventos públicos, todos digitalizados em arquivo pdf.
- Assinar digitalmente (assinatura 1doc).
- Enviar (atentando-se ao prazo estabelecido neste edital).

IMPORTANTE:

- **O não envio de todos os documentos no prazo indicado acarretará a desclassificação do candidato** considerando a tática desistência da vaga.
- O Departamento de Recursos Humanos manterá o contato através do Protocolo aberto para envio dos documentos, enviando através dele as informações, solicitações e agendamentos para cumprir todo o processo da admissão, portanto **é imprescindível acompanhar o andamento do seu protocolo**.
- Após conferidos e considerados em conformidade com as exigências será agendado(via 1Doc – mesmo protocolo) data para o comparecimento no Departamento de Recursos Humanos para assinar Ata da Atribuição do Emprego e encaminhamento para exame médico pré-admissional. **O não cumprimento dessa fase (não comparecimento) também será considerado como tática desistência da vaga pelo candidato, ocasionando a sua desclassificação deste concurso público.**

ALAN CHARLES DIAS

SECRETÁRIO MUNICIPAL ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

PUBLICIDADE DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO

*****AVISO DE LICITAÇÃO*****

Encontram-se abertos no Depto. de Licitações e Contratos, sito na Av. N. Sra. Do Bom Sucesso, nº 144, Bairro Alto do Cardoso:

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 148/2026 (PMP 18693/2026)

Para aquisição de insumos agrícolas (adubo, calçao, entre outros) e materiais para implantação e manutenção de jardins e áreas verdes, incluindo prédios públicos, praças, parques e demais logradouros, pelo período de 12 meses", com recebimento das propostas até dia 11/11/2026 às 07h59 e início da sessão às 08h00.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 147/2026 (PMP 18688/2026)

Para "contratação de empresa especializada para a realização de serviços de topografia computadorizada, com e sem contraste, com e sem sedação", com recebimento das propostas até dia 16/11/2026 às 07h59 e início da sessão às 08h00.

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 25/2026 (PMP 18460/2026)

Para "seleção de projetos para firmar Termo de Execução Cultural com recursos do Fundo Municipal de Apoio às Políticas Culturais– FMAPC, com observância da Lei Municipal nº5400, de 06 de junho de 2012 e Regimento Interno do Fundo Municipal de Apoio às Políticas Culturais e do Conselho Diretor do FMAPC- Decreto 5.496 de 05 de fevereiro de 2018 e na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura)", com prazo de inscrição das 8:00 hs do dia 28/10/2026 até às 24 hs do dia 11/11/2026. As inscrições podem ser feitas através do formulário encontrado no link <https://pindamonhangaba.sp.gov.br/smlnc-cadastro> e no presente Edital. Os seus anexos estão disponíveis no site <https://www.pindamonhangaba.sp.gov.br/se-cretarias/cultura-e-turismo>. Demais informações podem ser obtidas cultura@pindamonhangaba.sp.gov.br e telefone 3642-1080.

Todos os editais estarão disponíveis no site www.pindamonhangaba.sp.gov.br (e também <https://licitar.digital> para pregões eletrônicos). Maiores informações no endereço acima das 8h às 17h ou através do tel.: (12) 3644-5600.

*****AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA*****

Encontram-se abertos no Depto. de Licitações e Contratos, sito na Av. N. Sra. Do Bom Sucesso, nº 144, Bairro Alto do Cardoso:

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 212/2026 (PMP 19089/2026)

Para "Aquisição de materiais para confecção de fraldas infantis descartáveis para atender o Projeto Gente Miúda", com recebimento das propostas até dia 04/11/2026 às 07h59 e início da sessão às 08h00.

<https://licitar.digital> para pregões eletrônicos). Maiores informações no endereço acima das 8h às 17h ou através do tel.: (12) 3644-5600.

*****CONTRATOS*****

Encontram-se abertos no Depto. de Licitações e Contratos, sito na Av. N. Sra. Do Bom Sucesso, nº 144, Bairro Alto do Cardoso:

CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 012/2025 (PMP 18988/2025)

Na licitação supra cujo objeto é "concessão para implantação, manutenção, operação e gerenciamento do sistema de estacionamento rotativo público", foi firmado o contrato nº 276/2026, em 23/09/2026, no valor total de R\$ 53.882.373,36, sendo repassado ao Município o percentual de outorga de 22,50% do valor mensal arrecadado correspondente à soma do valor dos investimentos a serem suportados pela CONCESSIONÁRIA ao longo do prazo estipulado da CONCESSÃO em conformidade com o estabelecido nos ANEXOS do EDITAL, vigente por 10 anos, contados da data de assinatura do Contrato de Concessão, podendo ser prorrogado por igual período, assinando pela contratante e como gestor do contrato, o Sr. Rodrigo Leite da Silva e o Sr. José Vidal de Souza França Filho e pela contratada empresa Consórcio Vale Mobilidade, o Sr. Patrick Hideo Suguiyama Okada.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2026 (PMP 15933/2026)

Na licitação supra cujo objeto é "contratação de empresa especializada prestação de serviços de diagnóstico por imagem odontológica, compreendendo a realização de exames de radiografia panorâmica odontológica com imagem impressa, sem emissão de laudo, topografia computadorizada da maxila ou mandíbula com emissão de laudo e imagem impressa e topografia computadorizada de até 03 (três) dentes com emissão de laudo e imagem impressa, destinados aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS)", foi firmado o Contrato nº 290/2026, em 14/10/2026, no valor total de R\$ 63.000,00, vigente por 12 meses, assinando pela contratante e como gestora do contrato, a Sra. Andreia Moreira Martins e pela contratada, empresa VER ODONTOLOGIA LTDA, o Sr. Ronald Lima.

*****TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL*****

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2024 (PMP 6324/2024)

Foi firmado termo de rescisão contratual amigável, em 21/10/2026, ao Contrato nº 159/2024, cujo objeto é "aquisição de refeições interrompidas (almoço e janta) para suprir as necessidades do Corpo de Bombeiros de Pindamonhangaba pelo período de 12 meses", a partir de 08/07/2026, de acordo com o que prescreve o artigo 138 da Lei 14.133/2021 e suas alterações e item 9.1.2 do referido contrato, em atendimento à justificativa da Secretaria Municipal de Segurança Pública, com parecer favorável da Procuradoria Geral do Município.

*****HOMOLOGAÇÃO*****

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2026 (PMP 14414/2026)

A Autoridade Superior, nos termos do Decreto 5.828 de 21 de julho de 2020, com base na análise da equipe técnica da Secretaria de Saúde, HOMOLOGOU em 22/10/2026 e ADJUDICOU a licitação supra cujo objeto é "Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra, materiais, insumos e peças previstas no Plano de Manutenção, dos grupos geradores instalados nas unidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses", em favor da empresa ANDRA VOLT SOLUCO-ES EM ENERGIA LTDA – item 1, no valor total de R\$ 132.000,00.

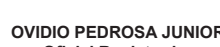
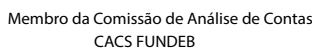
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 083/2026 (PMP 11847/2026)

A Autoridade Superior, nos termos do Decreto 5.828 de 21 de julho de 2020, HOMOLOGOU em 21/10/2026 e ADJUDICOU a licitação supra cujo objeto é "Aquisição de Instrumentais Odontológicos, com a finalidade de abastecer as unidades de Saúde Bucal do Município, com vigência de 12 (doze) meses", em favor das seguintes empresas: em favor da empresa A2XR COMERCIAL LTDA, o item 9 - R\$ 67,26, item 10 - R\$ 67,26, item 11 - R\$ 67,26 e item 108 - R\$ 40,00; em favor da empresa DIAS & CAMACHO DISTRIBUIDORA LTDA, o item 22 - R\$ 140,99, item 23 - R\$ 140,99, item 24 - R\$ 141,38,

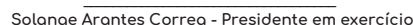
SECRETÁRIO MUNICIPAL ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETÁRIO MUNICIPAL ADJUNTO DE ADMINISTRAÇÃO

OVIDIO PEDROSA JUNIOR
- Oficial Registrador -



REBECA REZENDE GUARAGNA GUEDES
Secretária Municipal de Cultura e Turismo



OVIDIO PEDROSA JUNIOR
- Oficial Registrador -